

Plano Anual de Auditoria Interna

2026



Controladoria-Geral do Estado
de Mato Grosso do Sul



Colaboradores

CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO
CARLOS EDUARDO GIRÃO DE ARRUDA

CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO ADJUNTA
MARINA HIRAKA GAIDARJI

AUDITORA-GERAL DO ESTADO
PATRÍCIA HELENA CAMPOS LEITE SALAMENE

UNIDADE DE SUPORTE AO SERVIÇO DE AUDITORIA – USSA
JOSÉ ARMANDO RODRIGUES DE SOUSA NETO

UNIDADE DE AUDITORIA ESPECIALIZADA EM GOVERNANÇA, GESTÃO E SAÚDE – UAGES
JUSSARA ESPINDOLA DOS SANTOS

UNIDADE DE AUDITORIA EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA PÚBLICA – UASEG
KAMILA MORANDIM MAIDANA

UNIDADE DE AUDITORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS – UAPS
MARCOS SANT'ANA FERREIRA

UNIDADE DE AUDITORIA EM POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – UALOG
SIMONE LOPES DOS SANTOS MAIOLINO

DIAGRAMAÇÃO: ASSESSORIA DE GOVERNANÇA E COMUNICAÇÃO (AGC)
THALITA DA LUZ VIEIRA DE ASSIS

Lista de Siglas

AGE-MS - AUDITORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CGE-MS – CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CSCI – CONSELHO SUPERIOR DE CONTROLE INTERNO

IA-CM – INTERNAL AUDIT CAPABILITY MODEL (MODELO DE CAPACIDADE DE AUDITORIA INTERNA)

MAIG - MANUAL DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

PAINT – PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

PPA - PLANO PLURIANUAL

RAINT – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

TCE/MS – TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO DO SUL

Apresentação

A Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (CGE-MS) é instituição permanente, essencial e órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual. Sua finalidade é prestar assistência direta e imediata ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências relativos:

- I – à defesa do patrimônio público;
- II – à auditoria interna governamental;
- III – à corregedoria;
- IV – à ouvidoria;
- V – à prevenção da corrupção, de erros e de desperdícios;
- VI – ao incremento da transparência pública da gestão e ao controle social;
- VII – ao fomento das boas práticas de governança pública.

Neste documento, a CGE-MS, por meio da Auditoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (AGE-MS), direciona e consolida parte de seus esforços estratégicos para o exercício de 2026, formalizando-os no presente Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) – 2026.

De acordo com o Manual de Auditoria Governamental do Poder Executivo Estadual (MAIG), página 36, o PAINT é o documento norteador das ações de auditoria interna e deve conter, obrigatoriamente, as ações de auditoria previstas e seus objetivos, as ações de desenvolvimento institucional e capacitação voltadas ao fortalecimento das atividades de auditoria interna, bem como o cronograma correspondente.

Cumpre ressaltar que a auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação (assurance) e de consultoria, destinada a agregar valor e a melhorar as operações da Administração Pública Estadual. Seu propósito é auxiliar a gestão no alcance de seus objetivos, por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, que avalia e contribui para o aprimoramento da adequação e da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controles e governança.

Este Plano Anual de Auditoria Interna será submetido ao Controlador-Geral do Estado para revisão e aprovação, conforme estabelece o item 12.1 do MAIG.

1.DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO

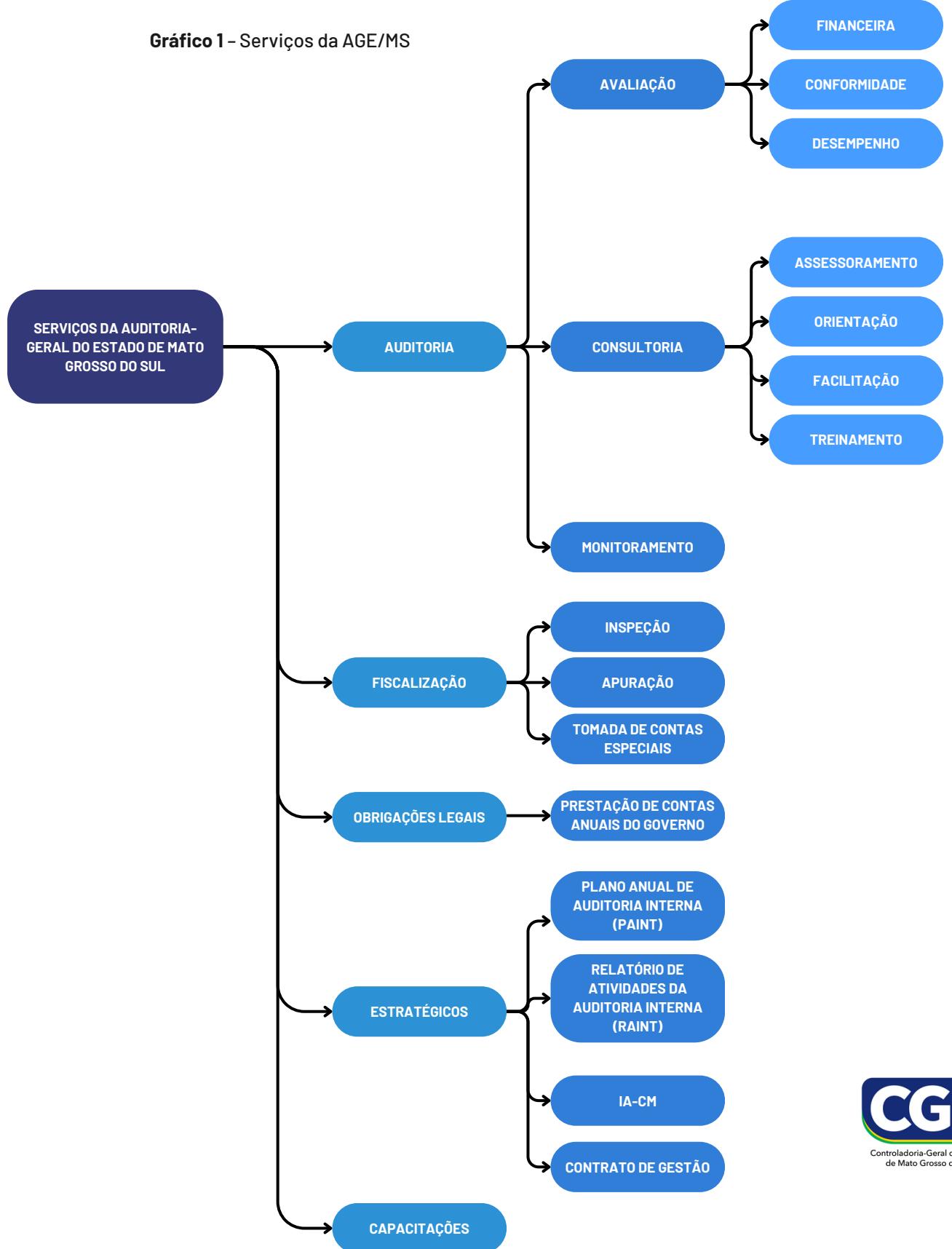
De acordo com a Resolução CGE/MS nº 96, a Auditoria-Geral do Estado (AGE-MS), representada pela Auditora-Geral do Estado, tem como atribuição gerir as atividades de auditoria interna governamental, fiscalização, inspeção, orientação e acompanhamento das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, segundo os princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência e economicidade, de modo a assegurar operações eficientes e eficazes, em conformidade com as leis e regulamentos.



ATIVIDADES DA AGE

Dessa forma, destacam-se alguns dos serviços realizados pela AGE-MS, que contribuem para o cumprimento de suas atribuições.

Gráfico 1 - Serviços da AGE/MS



Como observado no Gráfico 01, as categorias e as respectivas descrições são:

Avaliação: Atividade de auditoria interna governamental que consiste no exame objetivo da evidência, com o propósito de fornecer ao órgão ou entidade da Administração Pública Estadual uma avaliação tecnicamente autônoma e objetiva sobre o escopo da auditoria.

Consultoria: Atividade de auditoria interna governamental que consiste em assessoramento, aconselhamento e serviços relacionados, prestados em decorrência de solicitação específica do órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, cuja natureza e escopo são acordados previamente e que se destinam a adicionar valor e a aperfeiçoar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e a implementação de controles internos na organização, sem que o Auditor assuma qualquer responsabilidade que seja da administração da Unidade Auditada.

Monitoramento: Ação de controle destinada a avaliar a implementação das recomendações decorrentes dos trabalhos de auditoria e a quantificar os benefícios financeiros e/ou não financeiros deles advindos, realizada por meio da ferramenta e-CGU.

Fiscalização: Atividade que objetiva a verificação quanto à correta aplicação de recursos públicos em face de suspeitas ou alegações de atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados.

Obrigação Legal: Subsidiar a emissão do Parecer Técnico Conclusivo sobre as Contas de Governo, em atendimento à Resolução TCE/MS nº 88, de 3 de outubro de 2018, e à Lei Complementar nº 230, de 9 de dezembro de 2016.

Estratégico: Ações referentes à elaboração de documentos relacionados ao planejamento, organização, direção e controle da Auditoria-Geral do Estado. Nesse sentido, incluem-se a elaboração de documentos periódicos, como o Plano Anual de Auditoria Interna, o Relatório de Atividades da Auditoria Interna, a definição de projetos, indicadores e metas do Contrato de Gestão pactuado entre a CGE-MS e o Estado de Mato Grosso do Sul, bem como as ações de implementação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM – Internal Audit Capability Model), com o objetivo de atingir o Nível 3.

Capacitação: Atividade de capacitação contínua dos Auditores do Estado, por meio do Plano Anual de Capacitação (PAC) e/ou de outras capacitações, treinamentos, participações em seminários, fóruns e congressos, não necessariamente inclusos no PAC, mas que servirão para o desenvolvimento das competências técnicas e interpessoais dos auditores, essenciais à realização dos trabalhos previstos ao longo do ano. Cumpre ressaltar que, de acordo com o Manual de Auditoria Interna Governamental (MAIG), é necessário que os auditores realizem, no mínimo, 60 horas de capacitação anualmente. Ademais, os cursos a serem realizados pelos servidores estão previstos no Plano Anual de Capacitação e não serão detalhados neste documento.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Com o objetivo de realizar esses serviços, a AGE-MS definiu, em sua estrutura organizacional, seis Unidades de Auditoria, cada uma com suas respectivas competências estabelecidas pela Resolução CGE/MS nº 96, de 9 de fevereiro de 2024, conforme a figura abaixo.

Gráfico 2 – Estrutura organizacional da AGE/MS



COMPOSIÇÃO DA EQUIPE

A composição atual da força de trabalho da Auditoria-Geral do Estado está distribuída conforme as funções apresentadas a seguir:

Tabela 1 – Composição da AGE/MS

FUNÇÃO	QUANTIDADE	
	AUDITOR GERAL	1
	CHEFE DE UNIDADE DE AUDITORIA	5
	AUDITOR DO ESTADO	18
	TOTAL	24

2. UNIVERSO DE AUDITORIA

Inicialmente, é importante esclarecer o fluxo do processo de definição dos objetos de auditoria que compõem o universo auditável. Esse processo se inicia com o entendimento da unidade auditada, etapa em que são analisados seus objetivos estratégicos e o contexto de atuação. Em seguida, ocorre a definição do universo de auditoria, que consiste na delimitação do conjunto de programas passíveis de serem auditados, conforme esses objetivos. Por fim, por meio da abordagem dos fatores de risco, realiza-se a fase de avaliação e seleção do objeto, etapa em que são aplicados os critérios de relevância, materialidade e criticidade para priorizar as ações que integrarão o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT).

Nesse contexto, o universo de auditoria definido para o planejamento das ações a serem incluídas no PAINT 2026 compreende os Programas Finalísticos do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027. Esse plano contempla 28 Programas Finalísticos, distribuídos entre 22 objetivos estratégicos organizados nos 4 eixos temáticos que estruturam a estratégia governamental.

A escolha desse universo fundamenta-se no fato de que os Programas Finalísticos estão diretamente associados à geração de benefícios para partes interessadas específicas. No contexto da gestão pública, tais programas são concebidos com o propósito de solucionar problemas e atender demandas inseridas na esfera de atuação do governo, contribuindo de forma efetiva para a entrega de resultados à sociedade.

Compreende-se, portanto, que os Programas Finalísticos representam o núcleo da estratégia governamental, atuando como bússolas que orientam o alcance do sucesso da gestão pública.

A metodologia para análise dos riscos e priorização das ações a serem contempladas no PAINT 2026 seguiu as seguintes etapas:

1. Identificar todos os Programas Finalísticos no PPA;
2. Realizar o ranqueamento dos Programas conforme seus níveis de risco, definidos com base em critérios de relevância, materialidade e criticidade, ordenando-os do maior para o menor risco;
3. Dentro de cada Programa, ranquear cada uma das ações de acordo com seu nível de risco, calculado a partir de critérios de relevância, ordenando-as do maior para o menor risco;
4. Distribuir os programas e suas respectivas ações, devidamente ordenados por nível de risco, entre as unidades de auditoria, conforme as atribuições institucionais de cada unidade.

Para a priorização dos Programas Finalísticos foram considerados os critérios de relevância, materialidade e criticidade, atribuindo-se uma pontuação para cada um dos Programas, com base nos seguintes fatores:

a. Critérios de relevância:

- Magnitude financeira: Percentual da dotação do Programa em relação ao total das dotações dos programas temáticos;
- Percentual de execução orçamentária: Percentual de execução orçamentária do Programa em relação à dotação atualizada do Programa;
- Impacto Social: Relacionado ao público beneficiado pelo programa;
- ODS: Quantidade de ODS relacionados ao Programa.

b. Critérios de materialidade:

- Convênios de entrada: Proporção do valor dos convênios de entrada celebrados pela unidade gestora, no ano corrente, em relação ao total firmado pelas unidades gestoras dos programas temáticos;
- Convênios de saída: Percentual do valor dos convênios de saída celebrados pela unidade gestora em relação ao total das unidades dos programas temáticos;
- Receita: Porcentagem da receita arrecadada no período, em relação à arrecadação prevista para o ano;
- Contratações: Percentual do valor das contratações da unidade gestora em relação ao total das unidades dos programas temáticos;
- Despesa com pessoal: Percentual das despesas com pessoal da unidade gestora em relação ao total das unidades dos programas temáticos.

c. Critérios de criticidade:

- Maturidade do controle interno: Avaliação do controle interno da unidade gestora, considerando cinco níveis de maturidade;
- Lapso temporal: Tempo decorrido entre a realização de auditorias na unidade gestora;
- Denúncias: Percentual de denúncias recebidas pela unidade gestora nos anos de 2024 e 2025 em relação ao total de denúncias no Estado;
- Reclamações: Percentual de reclamações recebidas pela unidade gestora nos anos de 2024 e 2025 em relação ao total de reclamações do Estado.

Para a priorização das ações foram considerados os seguintes critérios de relevância:



MAGNITUDE FINANCEIRA

Percentual da dotação da ação, em relação à dotação total do programa;



PERCENTUAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Percentual de execução orçamentária da ação, em relação à dotação da ação;



IMPACTO SOCIAL

Relacionado ao público beneficiado pela ação;



CONTRATO DE GESTÃO

Considera se a ação está ou não pactuada no contrato de gestão da unidade gestora;



SITUAÇÃO NO PPA

Considera se as entregas das ações estão adiantadas, em dia ou atrasadas.

3. ORGANIZAÇÃO DO PLANO

ESTUDO DIAGNÓSTICO DA FORÇA DE TRABALHO DA AGE/MS

Para a realização do Plano Anual de Auditoria Interna, foi realizado um levantamento destinado à elaboração de um estudo diagnóstico, com o objetivo de verificar se a força de trabalho disponível possui competências adequadas e é suficiente em relação à quantidade e à complexidade dos escopos de trabalho planejados. A partir desse estudo, foi possível obter dados gerenciais da AGE/MS e informações sobre a formação acadêmica dos auditores, suas experiências na atividade de auditoria, a quantidade de trabalhos realizados e determinadas aptidões relevantes para a execução dos trabalhos de auditoria interna, bem como para a coordenação da capacidade operacional das equipes.

Os gráficos abaixo mostram os dados compilados relacionados a essas informações.

Gráfico 3 – Áreas de formação acadêmica dos Auditores

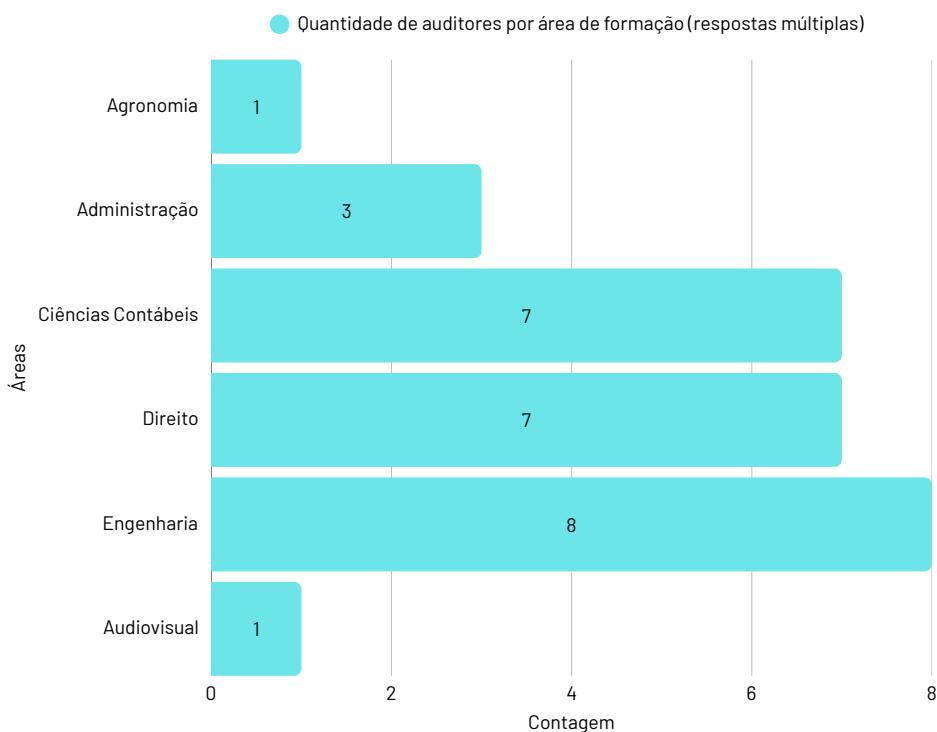
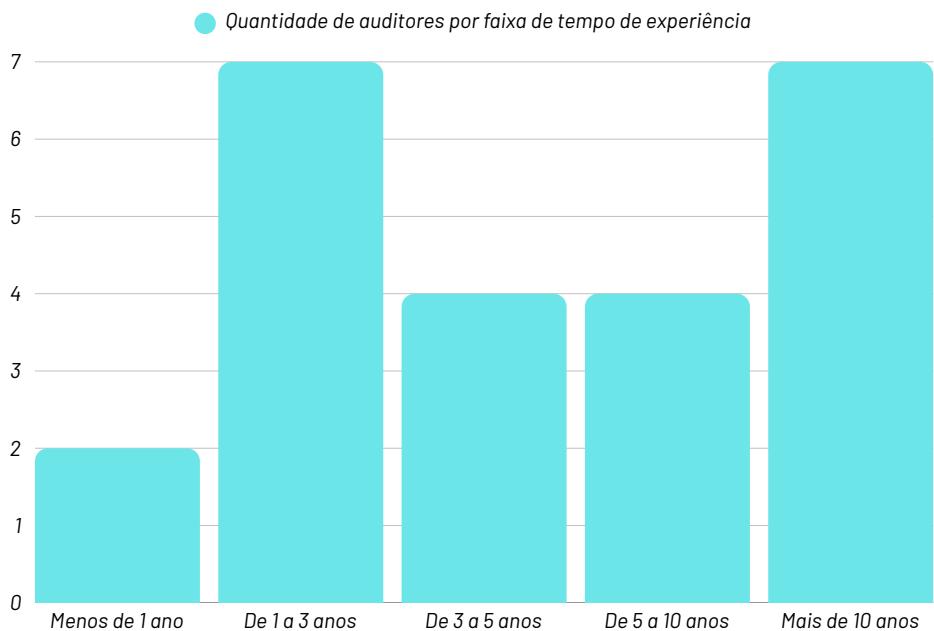
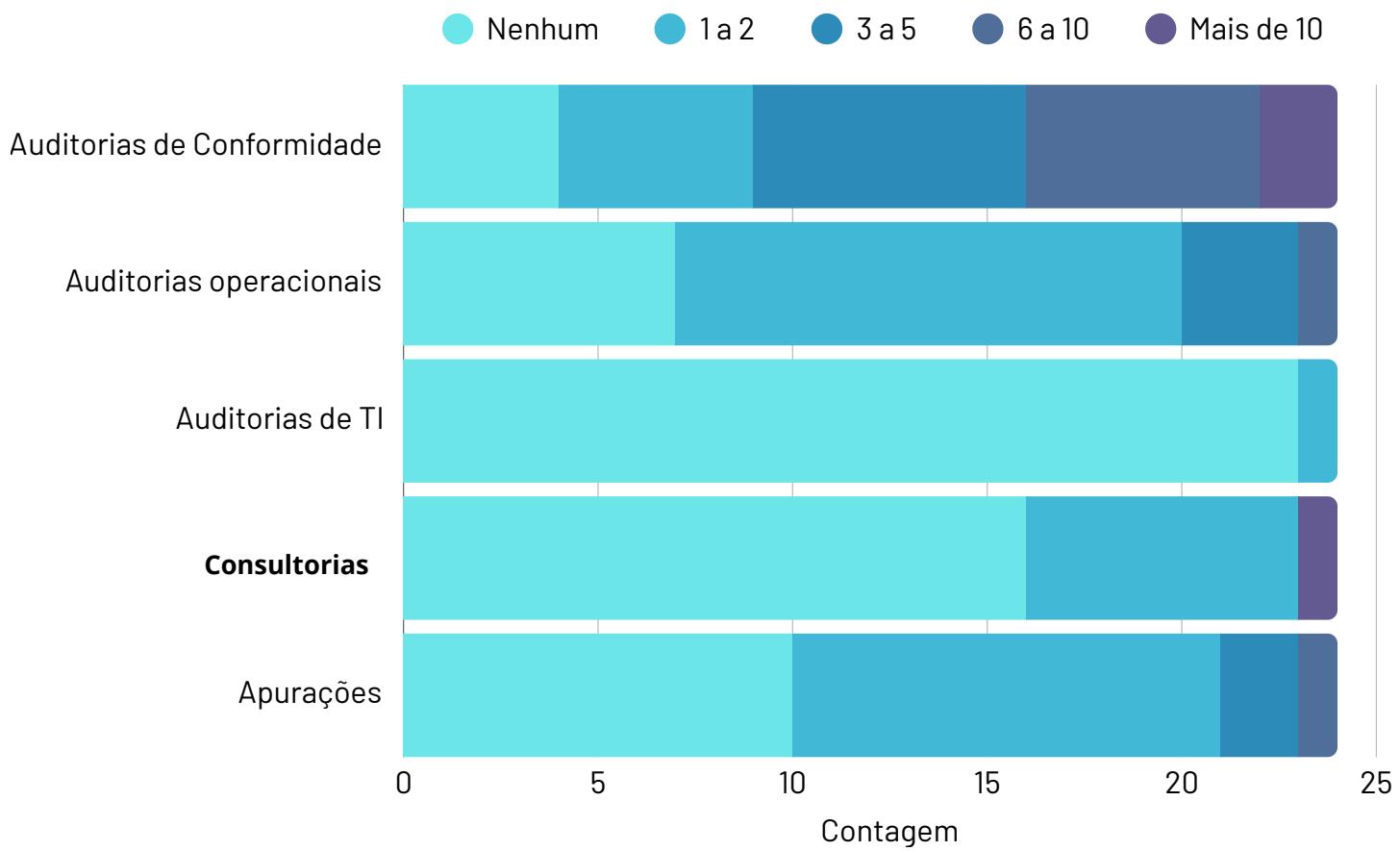


Gráfico 4 – Tempo de Experiência do Auditores em Auditoria Governamental**Gráfico 5 – Quantidade de trabalhos realizados pelos Auditores nos últimos 3 anos**



DIMENSIONAMENTO DA CAPACIDADE OPERACIONAL

Também foi realizado o dimensionamento da capacidade operacional para a realização dos trabalhos, para o ano de 2026 está baseado na atuação de 23 Auditores do Estado, atualmente lotados na Auditoria-Geral do Estado (AGE/MS).

O cálculo inicia-se com o levantamento dos dias úteis disponíveis ao longo dos anos. A partir desse dado, são descontados os períodos de férias e a quantidade média de dias de afastamento decorrente de licenças.

Tabela 2 – Dimensionamento da capacidade operacional da AGE/MS

DIMENSIONAMENTO DA CAPACIDADE OPERACIONAL PARA 2026	
APURAÇÃO DOS DIAS ÚTEIS	APURAÇÃO DA CAPACIDADE
TOTAL DE DIAS ÚTEIS DO ANO (264 DIAS)	QUANTIDADE DE SERVIDORES DA AGE/MS (23 SERVIDORES*)
(-) FÉRIAS (22 DIAS)	(X) JORNADA DIÁRIA (8 HORAS)
(-) ABSENTEÍSMO (21 DIAS)	
(=) DIAS ÚTEIS LÍQUIDOS	(=) CAPACIDADE OPERACIONAL
CAPACIDADE OPERACIONAL = DIAS ÚTEIS LÍQUIDOS X CAPACIDADE OPERACIONAL	
(264 -22-21)X(23 X 8)	
CAPACIDADE OPERACIONAL TOTAL DOS SERVIDORES DA AGE/MS	
40.664 HORAS	



Ressalta-se a seguir as observações referentes aos parâmetros utilizados para o cálculo da capacidade operacional:

1. A previsão da quantidade de dias úteis disponíveis no ano de 2026, descontados os feriados nacionais, estaduais e municipais;
2. Pela legislação, o servidor da CGE tem direito a 30 dias de férias, contudo, para o cálculo, foram considerados 22 dias úteis;
3. A média anual de absenteísmo engloba os afastamentos decorrentes de atestados médicos, e o dado foi extraído do Robô Arauto, considerando apenas os servidores lotados na AGE/MS nos últimos três anos;
4. A quantidade de auditores considerada foi de 23 Auditores do Estado, excluindo-se, dessa forma, a Auditora-Geral do Estado;
5. A jornada de trabalho diária adotada foi de 8 horas, totalizando 40 horas semanais.

Com o objetivo de otimizar a força de trabalho, a partir do resultado da capacidade operacional total dos servidores da AGE/MS, os chefes de auditoria de cada Unidade de Auditoria realizaram a alocação dessa quantidade de horas de suas equipes nos serviços prestados pela Auditoria-Geral.

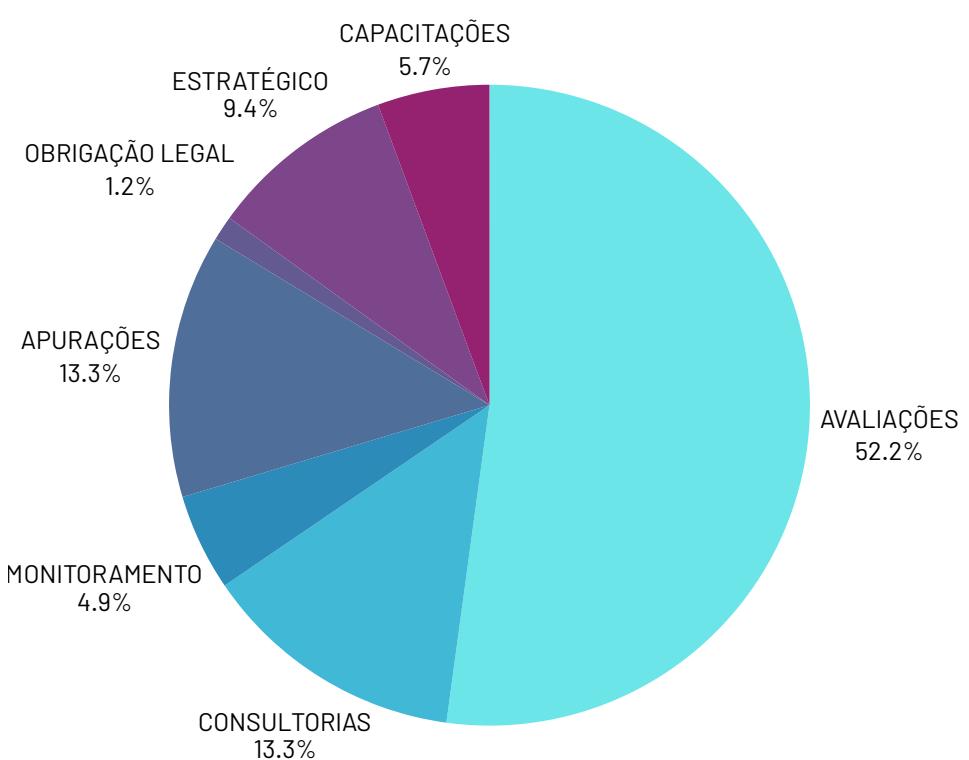
Para essa alocação de horas, foram considerados alguns aspectos, tais como a complexidade das auditorias previstas para 2026, as competências, habilidades e atitudes requeridas aos Auditores do Estado, a experiência prévia dos profissionais em auditorias, conforme o Estudo Diagnóstico da Força de Trabalho existente, a capacitação anual obrigatória para os servidores, bem como outros aspectos gerenciais.

A Tabela 3 apresenta a alocação de horas para cada Unidade de Auditoria, enquanto o gráfico 7 demonstra, em formato de gráfico de pizza, a distribuição da capacidade operacional da AGE/MS entre seus diferentes serviços.

Tabela 3 – DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

UNIDADE DE AUDITORIA	SERVIDORES NA EQUIPE	TOTAL DA CAPACIDADE OPERACIONAL DAS UNIDADES (EM HORAS)	DISTRIBUIÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DAS UNIDADES DE AUDITORIA (EM HORAS)							
			AUDITORIA			APURAÇÃO	OBRIGAÇÃO LEGAL	ESTRATÉGICO	CAPACITAÇÃO	
			AVALIAÇÃO	CONSULTORIA	MONITORAMENTO					
UALOG	5	8.840	4.641	2.038	80	827	-	754	500	
UAGES	5	8.840	7.522	-	80	-	502,8	235,2	500	
UAPS	5	8.840	5.838	-	1.748	-	-	754	500	
UASEG	5	8.840	3.205,6	3.383,8	80	1.250,6	-	420	500	
UASI	2	3.536	-	-	-	3.336	-	-	200	
USSA	1	1.768	-	-	-	-	-	1.668	100	
TOTAL	23	40.664	21.206,6	5.421,8	1.988	5.413,6	502,8	3.831,2	2.300	

Gráfico 7 – DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DOS TRABALHOS

A ordem de execução dos trabalhos ao longo do ano observará as seguintes diretrizes: (i) as demandas obrigatórias, caso existam; (ii) a conclusão das auditorias iniciadas no exercício anterior; (iii) as prioridades da gestão (demandas dos gestores); e (iv) a priorização dos objetos que obtiverem as maiores pontuações no ranking definido pela metodologia do universo de auditoria.

SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

Considerando o universo de auditoria, no qual foram selecionadas as ações ranqueadas pelos critérios de relevância, materialidade e criticidade, bem como a estrutura organizacional da AGE/MS e sua composição; considerando também a distribuição da capacidade operacional, foram selecionadas as seguintes auditorias para o ano de 2026.

Tabela 4 - AUDITORIAS A SEREM REALIZADAS

UNIDADE	TIPO DE SERVIÇO	ÓRGÃO/ENTIDADE AUDITADO	ORIGEM DA DEMANDA	CAPACIDADE OPERACIONAL (HORAS)	STATUS
UASEG	AUDITORIA OPERACIONAL	FUNTRAB	PAINT 2025	801,5	EM ANDAMENTO
UASEG	AUDITORIA DE CONFORMIDADE	AGRAER	PAINT 2025	801,5	EM ANDAMENTO
UASEG	AUDITORIA OPERACIONAL	IMASUL	UNIVERSO DE AUDITORIA	1.602,6	PREVISTA
UASEG	CONSULTORIA	PMMS	PRIORIDADES DA GESTÃO	1.260,6	PREVISTA
UASEG	APURAÇÃO	SEJUSP	PRIORIDADES DA GESTÃO	1.250,6	PREVISTA
UASEG	CONSULTORIA	SEJUSP	UNIVERSO DE AUDITORIA	1.260,6	PREVISTA
UASEG	CONSULTORIA	IAGRO	PRIORIDADES DA GESTÃO	882,6	PREVISTA
UAPS	AUDITORIA DE CONFORMIDADE	SED/MS	UNIVERSO DE AUDITORIA	1.946	PREVISTA
UAPS	AUDITORIA OPERACIONAL	UEMS	UNIVERSO DE AUDITORIA	1.946	PREVISTA
UAPS	AUDITORIA OPERACIONAL	FUNDTUR	UNIVERSO DE AUDITORIA	1.946	PREVISTA
UAGES	OBRIGAÇÃO LEGAL	GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL	EXIGÊNCIA LEGAL	502,8	PREVISTA
UAGES	AUDITORIA OPERACIONAL	SAD	PAINT 2025	1.574,8	PREVISTA
UAGES	AUDITORIA DE CONFORMIDADE	SES	PRIORIDADES DA GESTÃO	1.222,8	PREVISTA
UAGES	AUDITORIA OPERACIONAL	SES	UNIVERSO DE AUDITORIA	1.574,8	PREVISTA
UAGES	AUDITORIA DE CONFORMIDADE	SEFAZ	PRIORIDADES DA GESTÃO	1.222,8	PREVISTA
UAGES	AUDITORIA EM TI	SEFAZ	UNIVERSO DE AUDITORIA	1.574,8	PREVISTA
UAGES	AUDITORIA FINANCEIRA	SEGOV	EXIGÊNCIA CONTRATUAL	352	PREVISTA
UALOG	CONSULTORIA	N/A	PAINT 2025	1.195	PREVISTA
UALOG	CONSULTORIA	SEILOG/AGESUL	PRIORIDADES DA GESTÃO	843	PREVISTA
UALOG	AUDITORIA OPERACIONAL	AGESUL	UNIVERSO DE AUDITORIA	1.547	PREVISTA
UALOG	AUDITORIA OPERACIONAL	AGESUL	UNIVERSO DE AUDITORIA	1.547	PREVISTA
UALOG	APURAÇÃO	A DEFINIR	PRIORIDADES DA GESTÃO	827	PREVISTA

O detalhamento de cada uma delas — objeto, objetivo geral, escopo preliminar, resultado esperado, necessidade de recursos complementares e cronograma previsto — encontra-se no **Apêndice I** deste Plano.

MONITORAMENTO

Ademais, como forma de melhor acompanhar e monitorar as recomendações decorrentes dos trabalhos de auditoria, todas as recomendações que serão monitoradas ao longo do ano, com a identificação das unidades auditadas e seus respectivos registros no e-CGU, também constam no **Apêndice II** deste documento.



4. OUTROS SERVIÇOS

MODELO DE CAPACIDADE DE AUDITORIA INTERNA (IA-CM)

Segundo a Resolução CGE/MS nº 73/2022, o Modelo de Capacidade da Auditoria Interna (IA-CM) é uma ferramenta que identifica os fundamentos necessários para uma atuação eficaz da auditoria interna no setor público. O modelo fornece um plano sequencial, lógico e evolutivo para o desenvolvimento da função de auditoria, alinhado às necessidades da organização e aos padrões profissionais aplicáveis.

O IA-CM está estruturado em uma matriz composta por cinco níveis de maturidade, seis elementos essenciais e 41 macroprocessos (KPA – Key Process Areas).

Em 2024, a Controladoria-Geral do Estado (CGE/MS) alcançou o Nível 2 do IA-CM, tendo realizado uma autoavaliação em direção ao Nível 3. A partir dessa avaliação, foi elaborado um Plano de Ação para dar início à implementação dos requisitos necessários à sua efetivação.

Nesse contexto, o objetivo para o ano de 2026 é atualizar e executar o Plano de Ação, consolidando os avanços necessários para o progresso rumo ao Nível 3 do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), conforme a previsão dos produtos a serem elaborados para esse fim, constante na figura abaixo.



FIGURA X - MAPA DE PRODUTOS PARA O IA-CM



PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE (PGMQ)

O objetivo do PGMQ é promover uma cultura que resulta em comportamentos, atitudes e processos que proporcionam a entrega de produtos de alto valor agregado, atendendo às expectativas das partes interessadas.

Para cumprir a finalidade, a iniciativa deve contemplar avaliações internas e externas, orientadas a avaliar a qualidade dos trabalhos e promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna governamental.

Ademais, conforme o item 12.1.4, “d”, do Manual de Auditoria da AGE-MS (pág. 38), o PAINT deve apresentar as ações que serão realizadas para fins de gestão e melhoria da qualidade. Portanto, em 2026 será realizada a primeira etapa, consistente na verificação da existência do PGMQ na CGE-MS.



5. ATUALIZAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

Em consonância com as melhores práticas de auditoria interna, que orientam a revisão e o ajuste do plano de auditoria em resposta a mudanças nos negócios, nos riscos, nas operações, nos programas, nos sistemas e nos controles da organização (adaptado), poderá ocorrer, durante a execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), a necessidade de atualização das atividades em decorrência de fatos ou demandas extraordinárias e/ou de outras limitações (como estrutura física, pessoal, entre outras) que possam surgir ao longo do exercício. Tais serviços serão alocados após análise de viabilidade, conveniência e oportunidade.

O processo de alteração do Plano deverá ser devidamente documentado e, a depender do tipo de modificação e da relevância dos trabalhos que serão excluídos e/ou incluídos, submetido à análise e aprovação do Conselho Superior do Controle Interno do Poder Executivo Estadual (CSCI).

De acordo com a natureza da demanda e a avaliação realizada pela AGE-MS, poderão ser adotados os seguintes procedimentos:

- 1.Acréscimo de novas demandas sem alteração do PAINT, desde que haja capacidade operacional disponível;
- 2.Redução do escopo de trabalhos anteriormente previstos, com consequente diminuição da capacidade operacional inicialmente alocada;
- 3.Reavaliação de atividades menos relevantes, de modo a liberar capacidade operacional para a execução de novas demandas mais significativas;
- 4.Permuta de serviços de auditoria previstos por novos que se tornem prioritários.



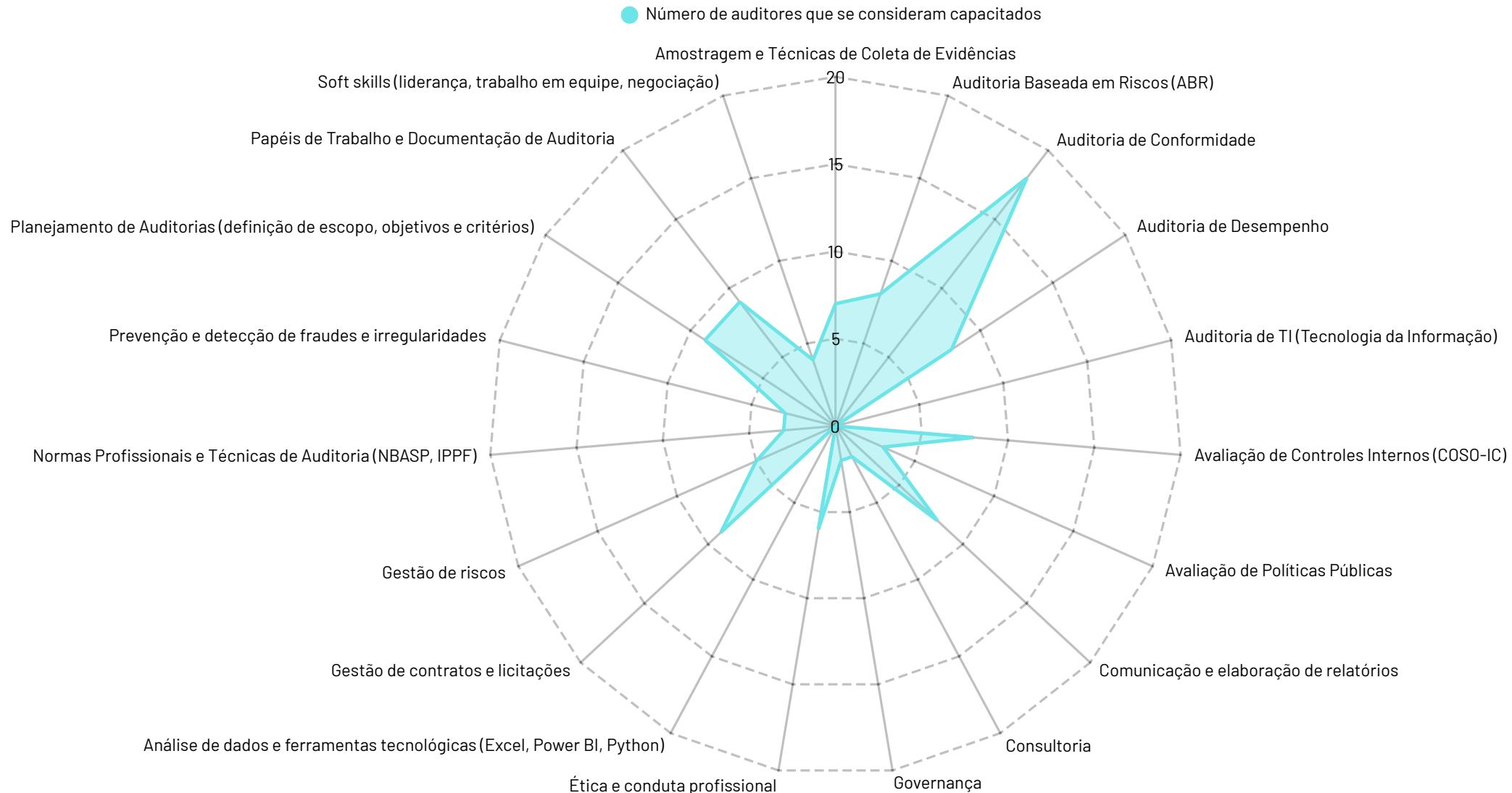
6. RESTRIÇÕES E RISCOS

Por fim, no tocante às restrições e aos riscos associados à execução do PAINT, bem como às medidas a serem adotadas caso se concretizem, estas constam no quadro a seguir:

Tabela 5- Restrições e riscos à execução do PAINT 2026

RESTRIÇÕES E RISCOS	MEDIDAS A ADOTAR, CASO SE CONCRETIZEM
LICENÇA E AFASTAMENTO DE AUDITORES ALÉM DA MÉDIA CONSIDERADA NO CÁLCULO DE AUDITOR/HORA	AUMENTAR O PRAZO DA AUDITORIA EM QUE O MEMBRO SE LICENCIOU OU SE AFASTOU
COMPLEXIDADE DO TRABALHO SUPERIOR À CAPACIDADE TÉCNICA DA EQUIPE DE AUDITORIA	CAPACITAR A EQUIPE E AUMENTAR O PRAZO DA AUDITORIA, SE NECESSÁRIO, OU ABSTER-SE DE OPINAR SOBRE PARTE DO OBJETO
OMISSÃO OU INTEMPESTIVIDADE NO ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE AUDITORIA E NA MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA	REITERAR A SOLICITAÇÃO E, CASO PERSISTA O NÃO ATENDIMENTO, DAR PROSEGUIMENTO AO TRABALHO, COMUNICANDO A SITUAÇÃO À ALTA GESTÃO PARA PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS
EXONERAÇÃO, APOSENTADORIA E REMOÇÃO DE SERVIDORES DA AGE SEM CONTRAPARTIDA	SOLICITAR A NOMEAÇÃO DE CLASSIFICADOS NO CADASTRO RESERVA DO EDITAL N. 1/2022 - SAD/CGE
NÃO CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS A AUDITORES DEVIDO A RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	ABSTER-SE DE OPINAR SOBRE A PARTE NÃO AVALIADA DO OBJETO DE AUDITORIA
CAPACITAÇÃO NECESSÁRIA ALÉM DO PREVISTO NO PAC	UTILIZAR A RESERVA TÉCNICA.

Gráfico 6 – Percepção dos Auditores quanto à Capacidade Técnica por Tema



APÊNDICE I

Tabela 1 –FICHA DAS AUDITORIAS (UALOG)

UNIDADE DE AUDITORIA	UALOG	UNIDADE DE AUDITORIA	UALOG
UNIDADE AUDITADA	N/A	UNIDADE AUDITADA	SEILOG/AGESUL
OBJETO	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	OBJETO	PROCESSOS DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DA SEILOG/AGESUL
ORIGEM DA DEMANDA	PAINT 2025	ORIGEM DA DEMANDA	PRIORIDADES DA GESTÃO
TIPO DE SERVIÇO	CONSULTORIA DE ORIENTAÇÃO	TIPO DE SERVIÇO	CONSULTORIA DE ASSESSORAMENTO
OBJETIVO GERAL	O OBJETIVO DA CONSULTORIA É GARANTIR QUE OS FISCAIS DE OBRAS DO ESTADO TENHAM ORIENTAÇÃO ADEQUADA PARA REALIZAR SUAS ATIVIDADES COM MAIS SEGURANÇA, EFICIÊNCIA E CONFORMIDADE. POR MEIO DO MANUAL, BUSCA-SE PADRONIZAR PROCEDIMENTOS E FORTALECER A ATUAÇÃO TÉCNICA	OBJETIVO GERAL	APOIAR AS UGS NO APRIMORAMENTO DOS CONTROLES E DA EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS DE APLICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, BEM COMO NA IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE MELHORIA NO FLUXO E NA GESTÃO DAS INFORMAÇÕES RELACIONADAS A ESSAS DECISÕES
ESCOPO PRELIMINAR	ELABORAR E PUBLICAR UM MANUAL PARA ORIENTAR OS FISCAIS DE OBRAS DO ESTADO SOBRE COMO REALIZAR A FISCALIZAÇÃO DE FORMA ADEQUADA	ESCOPO PRELIMINAR	MAPEAMENTO DO PROCESSO RELACIONADO ÀS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICADAS ÀS EMPRESAS CONTRATADAS, ESPECIALMENTE QUANTO ÀS PENALIDADES DE ADVERTÊNCIA, MULTA E DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.
RESULTADO ESPERADO	MANUAL DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	RESULTADO ESPERADO	IDENTIFICAÇÃO DO FLUXOGRAMA DO PROCESSO E DAS OPORTUNIDADES DE MELHORIA
NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	SERÃO NECESSÁRIOS RECURSOS PARA A PARTE GRÁFICA DO MANUAL, INCLUINDO PROJETO VISUAL, DIAGRAMAÇÃO E FORMATAÇÃO DO CONTEÚDO	NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	-
CRONOGRAMA PREVISTO	2º SEMESTRE DE 2026	CRONOGRAMA PREVISTO	2º SEMESTRE DE 2026

UNIDADE DE AUDITORIA	UALOG
UNIDADE AUDITADA	AGESUL
OBJETO	PROGRAMA LOGÍSTICO MULTIMODAL
ORIGEM DA DEMANDA	UNIVERSO DE AUDITORIA
TIPO DE SERVIÇO	AUDITORIA OPERACIONAL
OBJETIVO GERAL	AVALIAR A FORMULAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA
ESCOPO PRELIMINAR	PROGRAMA LOGÍSTICO MULTIMODAL, ENQUANTO POLÍTICA RELACIONADA À ÁREA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
RESULTADO ESPERADO	OBTER UM PANORAMA ESTRATÉGICO SOBRE COMO AS POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO FORAM FORMULADAS E IMPLEMENTADAS
NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	APOIO TÉCNICO EM DESIGN GRÁFICO E BUSINESS INTELLIGENCE (BI) PARA A COMPILAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO
CRONOGRAMA PREVISTO	1º SEMESTRE DE 2026

UNIDADE DE AUDITORIA	UALOG
UNIDADE AUDITADA	AGESUL
OBJETO	PROGRAMA MUNICIPALISMO ATIVO
ORIGEM DA DEMANDA	UNIVERSO DE AUDITORIA
TIPO DE SERVIÇO	AUDITORIA OPERACIONAL
OBJETIVO GERAL	AVALIAR A FORMULAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA
ESCOPO PRELIMINAR	PROGRAMA MUNICIPALISMO ATIVO, ENQUANTO POLÍTICA RELACIONADA À ÁREA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
RESULTADO ESPERADO	OBTER UM PANORAMA ESTRATÉGICO SOBRE COMO AS POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO FORAM FORMULADAS E IMPLEMENTADAS
NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	APOIO TÉCNICO EM DESIGN GRÁFICO E BUSINESS INTELLIGENCE (BI) PARA A COMPILAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO
CRONOGRAMA PREVISTO	1º SEMESTRE DE 2026

UNIDADE DE AUDITORIA	UALOG	UNIDADE DE AUDITORIA	UALOG
UNIDADE AUDITADA	AGESUL	UNIDADE AUDITADA	A DEFINIR
OBJETO	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO	OBJETO	A DEFINIR
ORIGEM DA DEMANDA	UNIVERSO DE AUDITORIA	ORIGEM DA DEMANDA	PRIORIDADES DA GESTÃO
TIPO DE SERVIÇO	AUDITORIA OPERACIONAL	TIPO DE SERVIÇO	APURAÇÃO
OBJETIVO GERAL	AVALIAR A FORMULAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA	OBJETIVO GERAL	A DEFINIR
ESCOPO PRELIMINAR	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO, ENQUANTO POLÍTICA RELACIONADA À ÁREA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO	ESCOPO PRELIMINAR	A DEFINIR
RESULTADO ESPERADO	OBTER UM PANORAMA ESTRATÉGICO SOBRE COMO AS POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO FORAM FORMULADAS E IMPLEMENTADAS	RESULTADO ESPERADO	A DEFINIR
NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	APOIO TÉCNICO EM DESIGN GRÁFICO E BUSINESS INTELLIGENCE (BI) PARA A COMPILAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	A DEFINIR
CRONOGRAMA PREVISTO	1º SEMESTRE DE 2026	CRONOGRAMA PREVISTO	A DEFINIR

Tabela 2 -FICHA DAS AUDITORIAS (UAGES)

UNIDADE DE AUDITORIA	UAGES	UNIDADE DE AUDITORIA	UAGES
UNIDADE AUDITADA	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	UNIDADE AUDITADA	SAD
OBJETO	AVALIAÇÃO - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO (CONSOLIDADO)	OBJETO	PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO MODERNA E INTEGRADA AÇÃO 6227 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMPRAS, MATERIAIS E SERVIÇOS
ORIGEM DA DEMANDA	OBRIGAÇÃO LEGAL	ORIGEM DA DEMANDA	PAINT 2025
TIPO DE SERVIÇO	AVALIAÇÃO	TIPO DE SERVIÇO	AUDITORIA DE OPERACIONAL
OBJETIVO GERAL	SUBSIDIAR A EMISSÃO DO PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO SOBRE AS CONTAS DE GOVERNO, EM ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO TCE/MS Nº 88, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018, E À LEI COMPLEMENTAR Nº 230, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016	OBJETIVO GERAL	PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ESCOPO PRELIMINAR	AVALIAR O CUMPRIMENTO DA LRF	ESCOPO PRELIMINAR	AVALIAR O CUMPRIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA.
RESULTADO ESPERADO	PARECER TÉCNICO COCLUSIVO	RESULTADO ESPERADO	RELATÓRIO DE AUDITORIA
NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	-	NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	-
CRONOGRAMA PREVISTO	1º SEMESTRE DE 2026	CRONOGRAMA PREVISTO	1º SEMESTRE DE 2026

UNIDADE DE AUDITORIA	UAGES	UNIDADE DE AUDITORIA	UAGES
UNIDADE AUDITADA	SES	UNIDADE AUDITADA	SES
OBJETO	PROGRAMA SAÚDE ÚNICA SUSTENTÁVEL AÇÃO 6010 - ATENÇÃO À SAÚDE REGIONALIZADA	OBJETO	PROGRAMA SAÚDE ÚNICA SUSTENTÁVEL AÇÃO 6010 - ATENÇÃO À SAÚDE REGIONALIZADA
ORIGEM DA DEMANDA	UNIVERSO DE AUDITORIA COMBINADO COM SOLICITAÇÃO DA GESTÃO	ORIGEM DA DEMANDA	UNIVERSO DE AUDITORIA
TIPO DE SERVIÇO	AUDITORIA DE CONFORMIDADE	TIPO DE SERVIÇO	AUDITORIA OPERACIONAL
OBJETIVO GERAL	AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E CONFORMIDADE DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM CUMPRIMENTOS DE DESCISÕES JUDICIAIS	OBJETIVO GERAL	AUDITORIA DE AVALIAÇÃO NO PROGRAMA MAIS SAÚDE, MENOS FILA, COMO FOCO NA GESTÃO DE ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME)
ESCOPO PRELIMINAR	AVALIAR O CUMPRIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA.	ESCOPO PRELIMINAR	AVALIAR O CUMPRIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA
RESULTADO ESPERADO	RELATÓRIO DE AUDITORIA	RESULTADO ESPERADO	RELATÓRIO DE AUDITORIA
NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	-	NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	-
CRONOGRAMA PREVISTO	1º SEMESTRE DE 2026	CRONOGRAMA PREVISTO	2º SEMESTRE DE 2026

UNIDADE DE AUDITORIA	UAGES
UNIDADE AUDITADA	SEFAZ
OBJETO	AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL
ORIGEM DA DEMANDA	PRIORIDADES DA GESTÃO
TIPO DE SERVIÇO	AUDITORIA DE CONFORMIDADE
OBJETIVO GERAL	AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO DO ESTADO, COMPREENDENDO O CONJUNTO DE PROCESSOS, CONTROLES, ESTRATÉGIAS E RESULTADOS RELACIONADOS À CAPTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA E MOBILIÁRIA
ESCOPO PRELIMINAR	AVALIAR O CUMPRIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA
RESULTADO ESPERADO	RELATÓRIO DE AUDITORIA
NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	-
CRONOGRAMA PREVISTO	2º SEMESTRE DE 2026

UNIDADE DE AUDITORIA	UAGES
UNIDADE AUDITADA	SEFAZ
OBJETO	PROGRAMA DE APOIO AO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO MS - PROFISCO II AÇÃO 6136 - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL
ORIGEM DA DEMANDA	UNIVERSO DE AUDITORIA
TIPO DE SERVIÇO	AUDITORIA DE AVALIAÇÃO EM TI
OBJETIVO GERAL	AUDITORIA DE AVALIAÇÃO EM TI
ESCOPO PRELIMINAR	AVALIAR O CUMPRIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA
RESULTADO ESPERADO	RELATÓRIO DE AUDITORIA
NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	TREINAMENTO EM AUDITORIA EM TI
CRONOGRAMA PREVISTO	2º SEMESTRE DE 2026

UNIDADE DE AUDITORIA	UAGES
UNIDADE AUDITADA	SEGOV
OBJETO	PROGRAMA LOGÍSTICO MULTIMODAL AÇÃO 5013 - PROGRAMA RODAR-MS
ORIGEM DA DEMANDA	PREVISÃO NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM BIRD
TIPO DE SERVIÇO	AUDITORIA FINANCEIRA
OBJETIVO GERAL	AUDITORIA DE AVALIAÇÃO FINANCEIRA NO PROGRAMA RODAR-MS
ESCOPO PRELIMINAR	AVALIAR O CUMPRIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA
RESULTADO ESPERADO	RELATÓRIO DE AUDITORIA
NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	TREINAMENTO EM AUDITORIA FINANCEIRA
CRONOGRAMA PREVISTO	2º SEMESTRE DE 2026

Tabela 3 –FICHA DAS AUDITORIAS(UAPS)

UNIDADE DE AUDITORIA	UAPS	UNIDADE DE AUDITORIA	UAPS
UNIDADE AUDITADA	SED/MS	UNIDADE AUDITADA	UEMS
OBJETO	PROGRAMA DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO AÇÃO: 6020 - FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO	OBJETO	PROGRAMA ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO AÇÃO: 6024 - IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA
ORIGEM DA DEMANDA	UNIVERSO DE AUDITORIA	ORIGEM DA DEMANDA	UNIVERSO DE AUDITORIA
TIPO DE SERVIÇO	AUDITORIA DE CONFORMIDADE	TIPO DE SERVIÇO	AUDITORIA OPERACIONAL
OBJETIVO GERAL	AVALIAR A EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE NO ÂMBITO DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/MS	OBJETIVO GERAL	AVALIAR A CONFORMIDADE E GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL IMPLEMENTADAS PELA UEMS
ESCOPO PRELIMINAR	AUDITORIA DE CONFORMIDADE E GESTÃO DESTINADA A VERIFICAR O DESEMPENHO DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/MS DIANTE DAS COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS NO PNAE, CONFORME DELIMITADO NA ANÁLISE PRELIMINAR DO OBJETO	ESCOPO PRELIMINAR	AUDITORIA DE DESEMPENHO DESTINADA A VERIFICAR A GESTÃO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PIAE, CONFORME DELIMITADO NA ANÁLISE PRELIMINAR DO OBJETO;
RESULTADO ESPERADO	RELATÓRIO DE AUDITORIA	RESULTADO ESPERADO	RELATÓRIO DE AUDITORIA
NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	-	NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	-
CRONOGRAMA PREVISTO	1º SEMESTRE/2026	CRONOGRAMA PREVISTO	2º SEMESTRE/2026

UNIDADE DE AUDITORIA	UAPS
UNIDADE AUDITADA	FUNDTUR
OBJETO	PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DO TURISMO AÇÃO: 6245 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS NO ESTADO DE MS
ORIGEM DA DEMANDA	UNIVERSO DE AUDITORIA
TIPO DE SERVIÇO	AUDITORIA OPERACIONAL
OBJETIVO GERAL	AVALIAR A GESTÃO DOS PROCESSOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA FIRMADOS NO ÂMBITO DA FUNDTUR
ESCOPO PRELIMINAR	AUDITORIA DE OPERACIONAL DESTINADA A VERIFICAR O DESEMPENHO DOS PROCESSOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA NA FUNDTUR, CONFORME DELIMITADO NA ANÁLISE PRELIMINAR DO OBJETO
RESULTADO ESPERADO	RELATÓRIO DE AUDITORIA
NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	-
CRONOGRAMA PREVISTO	1º SEMESTRE/2026

Tabela 4 -FICHA DAS AUDITORIAS (UASEG)

UNIDADE DE AUDITORIA	UASEG	UNIDADE DE AUDITORIA	UASEG
UNIDADE AUDITADA	FUNTRAB	UNIDADE AUDITADA	AGRAER
OBJETO	PROGRAMA MS QUALIFICA AÇÃO 6130 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E PRODUTIVIDADE	OBJETO	PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E PEQUENA PRODUÇÃO AÇÃO 6234 - ATER PARA AGRICULTURA FAMILIAR
ORIGEM DA DEMANDA	UNIVERSO DE AUDITORIA	ORIGEM DA DEMANDA	UNIVERSO DE AUDITORIA
TIPO DE SERVIÇO	AUDITORIA OPERACIONAL	TIPO DE SERVIÇO	AUDITORIA DE CONFORMIDADE
OBJETIVO GERAL	AVALIAR SE O PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO ESTÁ SENDO EXECUTADOS DE FORMA A PREPARAR AS MULHERES PARA O MERCADO DE TRABALHO, EM ESPECIAL MULHERES EM VULNERABILIDADE, INCLUINDO O ACESSO ÀS VAGAS DE COTA	OBJETIVO GERAL	AVALIAR O PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE DE ATIVOS IMOBILIZADOS ADQUIRIDOS PELA AGRAER COM RECURSOS DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E PEQUENA PRODUÇÃO, AÇÃO 6234 - ATER PARA AGRICULTURA FAMILIAR
ESCOPO PRELIMINAR	AVALIAR O CUMPRIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA.	ESCOPO PRELIMINAR	AVALIAR O CUMPRIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA.
RESULTADO ESPERADO	RELATÓRIO DE AUDITORIA	RESULTADO ESPERADO	RELATÓRIO DE AUDITORIA
NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	-	NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	PAGAMENTO DE DIÁRIAS E DISPONIBILIDADE DE VEÍCULO E COMBUSTÍVEL
CRONOGRAMA PREVISTO	1º SEMESTRE DE 2026	CRONOGRAMA PREVISTO	1º SEMESTRE DE 2026

UNIDADE DE AUDITORIA	UASEG	UNIDADE DE AUDITORIA	UASEG
UNIDADE AUDITADA	IMASUL	UNIDADE AUDITADA	PMMS
OBJETO	PROGRAMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS AÇÃO 6228 - APOIO ÀS AÇÕES NA FINALIDADE DO CLIMA PANTANAL	OBJETO	PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DA PMMS
ORIGEM DA DEMANDA	UNIVERSO DE AUDITORIA	ORIGEM DA DEMANDA	PRIORIDADES DA GESTÃO
TIPO DE SERVIÇO	AUDITORIA OPERACIONAL	TIPO DE SERVIÇO	CONSULTORIA
OBJETIVO GERAL	AVALIAR O PROCESSO DE ARRECADAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE MULTAS DECORRENTES DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS	OBJETIVO GERAL	CONSULTORIA DE ASSESSORAMENTO/ACONSELHAMENTO, VISANDO PROPOR MELHORIAS NOS FLUXOS E CONTROLES INTERNOS DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DA PMMS, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS INTERFACES COM A SEJUSP
ESCOPO PRELIMINAR	AVALIAR O CUMPRIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA.	ESCOPO PRELIMINAR	MAPEAR OS PROCESSOS E SUGERIR MEDIDAS DE APRIMORAMENTO DO FLUXO ORÇAMENTÁRIO
RESULTADO ESPERADO	RELATÓRIO DE AUDITORIA	RESULTADO ESPERADO	RELATÓRIO DE CONSULTORIA
NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	PAGAMENTO DE DIÁRIAS E DISPONIBILIDADE DE VEÍCULO E COMBUSTÍVEL	NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	-
CRONOGRAMA PREVISTO	1º SEMESTRE DE 2026	CRONOGRAMA PREVISTO	2º SEMESTRE DE 2026

UNIDADE DE AUDITORIA	UASEG	UNIDADE DE AUDITORIA	UASEG
UNIDADE AUDITADA	SEJUSP	UNIDADE AUDITADA	SEJUSP
OBJETO	SISTEMAS INFORMATIZADOS	OBJETO	PROCESSO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO PARA PRÓXIMOS CONTRATOS DE TELEFONIA DA SEJUSP
ORIGEM DA DEMANDA	PRIORIDADES DA GESTÃO	ORIGEM DA DEMANDA	UNIVERSO DE AUDITORIA COMBINADA COM SOLICITAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA
TIPO DE SERVIÇO	APURAÇÃO	TIPO DE SERVIÇO	CONSULTORIA
OBJETIVO GERAL	APURAR A NECESSIDADE DE ADOÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS E PREVENTIVAS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIAS PARA MITIGAR RISCOS DE RECORRÊNCIA DE PRÁTICAS DE SOBREPREÇO, SUBCONTRATAÇÃO E RECEBIMENTOS INDEVIDOS EM CONTRATOS	OBJETIVO GERAL	CONSULTORIA DE ASSESSORAMENTO/ACONSELHAMENTO, VISANDO MELHORIAS NO PROCESSO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO DE CONTRATAÇÕES DE TELEFONIA PARA APOIAR PLANEJAMENTO DE PRÓXIMOS CONTRATOS
ESCOPO PRELIMINAR	AVALIAR A EXECUÇÃO CONTRATUAL	ESCOPO PRELIMINAR	SUGERIR MEDIDAS DE APRIMORAMENTO DA FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÃO DAS FATURAS, BASEADAS EM CRITÉRIOS DEFINIDOS NO CONTRATO
RESULTADO ESPERADO	RELATÓRIO DE APURAÇÃO	RESULTADO ESPERADO	RELATÓRIO DE CONSULTORIA
NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	-	NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	-
CRONOGRAMA PREVISTO	2º SEMESTRE DE 2026	CRONOGRAMA PREVISTO	2º SEMESTRE DE 2026

UNIDADE DE AUDITORIA	UASEG
UNIDADE AUDITADA	IAGRO
OBJETO	A DEFINIR
ORIGEM DA DEMANDA	PRIORIDADES DA GESTÃO
TIPO DE SERVIÇO	CONSULTORIA
OBJETIVO GERAL	A DEFINIR
ESCOPO PRELIMINAR	A DEFINIR
RESULTADO ESPERADO	A DEFINIR
NECESSIDADE DE RECURSOS COMPLEMENTARES	A DEFINIR
CRONOGRAMA PREVISTO	2º SEMESTRE DE 2026

6. RESTRIÇÕES E RISCOS

Por fim, no tocante às restrições e aos riscos associados à execução do PAINT, bem como às medidas a serem adotadas caso se concretizem, estas constam no quadro a seguir:

Tabela 5- Restrições e riscos à execução do PAINT 2026

RESTRIÇÕES E RISCOS	MEDIDAS A ADOTAR, CASO SE CONCRETIZEM
LICENÇA E AFASTAMENTO DE AUDITORES ALÉM DA MÉDIA CONSIDERADA NO CÁLCULO DE AUDITOR/HORA	AUMENTAR O PRAZO DA AUDITORIA EM QUE O MEMBRO SE LICENCIOU OU SE AFASTOU
COMPLEXIDADE DO TRABALHO SUPERIOR À CAPACIDADE TÉCNICA DA EQUIPE DE AUDITORIA	CAPACITAR A EQUIPE E AUMENTAR O PRAZO DA AUDITORIA, SE NECESSÁRIO, OU ABSTER-SE DE OPINAR SOBRE PARTE DO OBJETO
OMISSÃO OU INTEMPESTIVIDADE NO ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE AUDITORIA E NA MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA	REITERAR A SOLICITAÇÃO E, CASO PERSISTA O NÃO ATENDIMENTO, DAR PROSEGUIMENTO AO TRABALHO, COMUNICANDO A SITUAÇÃO À ALTA GESTÃO PARA PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS
EXONERAÇÃO, APOSENTADORIA E REMOÇÃO DE SERVIDORES DA AGE SEM CONTRAPARTIDA	SOLICITAR A NOMEAÇÃO DE CLASSIFICADOS NO CADASTRO RESERVA DO EDITAL N. 1/2022 - SAD/CGE
NÃO CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS A AUDITORES DEVIDO A RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	ABSTER-SE DE OPINAR SOBRE A PARTE NÃO AVALIADA DO OBJETO DE AUDITORIA
CAPACITAÇÃO NECESSÁRIA ALÉM DO PREVISTO NO PAC	UTILIZAR A RESERVA TÉCNICA.

APÊNDICE II

TABELA 1 – TRABALHOS A SEREM MONITORADOS

MONITORAMENTO			
UNIDADE DE AUDITORIA	UNIDADE GESTORA	TRABALHO A SER MONITORADO (E-CGU)	CONSIDERAÇÕES
UASEG	 JUCEMS <small>Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul</small>	JUCEMS	#1852669
UASEG		AGEPE	#1892759 e #1892768
UASEG	 IAGRO <small>AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL</small>	IAGRO	-
UASEG	 DETTRAN <small>www.detran.ms.gov.br</small>	DETTRAN	#1857794, #1857799 e #1857801
UAPS	 FUNDESPORTE <small>Novo Campeão</small>	Fundesporte	#1819038, #1819034, #1819021, #1819003, #1818973, #1818527 e #1817993; #1777203, #1777180 e #1777176
UAPS		SEAD	#1802653, #1802661 e #1802665
UAPS		SEAD	#1878339, #1878335, #1878344 E #1878323.
UAPS		SED	#1743927, #1743936, #1743943, #1743952, #1743962, #1743980, #1743999, #1744020, #1744028, #1744033, #1744054, #1744067, #1744077 e #1744077

MONITORAMENTO			
UNIDADE DE AUDITORIA	UNIDADE GESTORA	TRABALHO A SER MONITORADO (E-CGU)	CONSIDERAÇÕES
UAPS	 UEMS	UEMS	- PLANO DE PROVIDÊNCIAS ASSINADO. RECOMENDAÇÕES EM FASE DE CADASTRAMENTO NO E-CGU.
UAGES		SES	#1868494, #1868484, #1868477, #1868463, #1868508, #1868503, #1866538 e #1868470
UAGES		SAD	#1801682, #180166, #1801664, #1801637, #1801671, #1801676, #1801681, #1585715, #1585713 e #1585708
UAGES		SEFAZ	#1857691, #1857708, #1857697, #185770, #1857700, #1801681 e #1585715
UAGES		SEGOV	#1585579 e #1585582
UAGES		FUNSAU	#1585670, #158568 e #1585686
UAGES		AGEPREV	#1585641, #158564 e #1585659

MONITORAMENTO

UNIDADE DE AUDITORIA	UNIDADE GESTORA	TRABALHO A SER MONITORADO (E-CGU)	CONSIDERAÇÕES
UALOG	 AGESUL <small>AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DO MATO GROSSO DO SUL</small>	AGESUL	#1798660, #1798687, #1798691 #1798695, #1798698, #1798699, #1798702, #1798706, #1798711, #1798715 #1798722 e #1798724
UALOG	 AGEHAB <small>AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL</small>	AGEHAB	#1860476 e #1860475
UALOG	 SED <small>Secretaria de Estado de Educação</small> 	SED	#1827036, #1827041, #1827055, #1827064, #1827068, #1827091, #1827096, #1827097 e #1827104
UALOG	 FUNDESPORTE <small>FUNDACAO DE ESPORTES E LAZER DO MATO GROSSO DO SUL</small> <i>Novas Conquistas!</i>	Fundesporte	-
UALOG	 SEAD <small>Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos</small> 	SEAD	#1864450

APÊNDICE III

PAINT 2026

FIGURA 1 – MAPA DE PRODUTOS PARA O IA-CM

